

Humanidades em tempos de desastres: leituras possíveis

Humanities in times of disaster: possible appraisals

Eunice Sueli Nodari

Doutora em História

Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),
Florianópolis, Santa Catarina

eunice.nodari@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5953-649X> 

Jo Klanovicz

Doutor em História

Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO),
Guarapuava, Paraná

jo@unicentro.br

<https://orcid.org/0000-0002-5110-9028> 

Hernani Ciro Santana

Doutor em Ciências Humanas

Professor da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE),
Governador Valadares, Minas Gerais

hernanicsantana@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7654-1271> 

Informações completas sobre autoria estão no final do ensaio ●

Em 2007, por meio de um número especial da revista *Historical Social Research*, Gerrit J. Schenk pontuava que os estudos sobre desastres estavam, naquele momento, em plena expansão internacional. O organizador do volume lembrava que o interesse intelectual por eventos desastrosos remontava a muito antes do século XX, presente em diferentes tipos de registro e demonstrando uma multiplicidade de formas de engajamento com a temática. Schenk (2007) apontava alguns elementos que, naquele momento, constituíam oportunidades de investigação sobre o tema. Para ele (Schenk, 2007, p. 17), desastres podiam ser entendidos como “catalisadores de mudanças políticas e sociais, bem como da construção urbana que, entre outras coisas, disparam respostas produtivas e criativas [...] mas também promovem segregação social.”

As oportunidades continuam abertas e em expansão em 2025. No caso brasileiro, a cada vez mais intensa institucionalização da investigação em institutos e universidades bem como a profissionalização de ações ligadas à mitigação de eventos desastrosos têm

disparado o interesse de diversos campos, criando demandas de financiamento a órgãos de fomento à pesquisa e propiciando a inserção do assunto em diferentes níveis de formação desde o ensino fundamental ao superior. Esse fenômeno de expansão está sustentado no imperativo da discussão, da reflexão crítica e da proposição de ações em torno da policrise contemporânea (Avila, 2020), que envolve aspectos éticos, sociais, econômicos e ambientais.

No campo das Ciências Humanas, é importante considerar que desastres não podem ser compreendidos apenas em sua dimensão física; eles são vividos, experimentados. Sua ocorrência transforma-se em histórias narradas, símbolos, emoções e desencadeiam diferentes sentidos, significados e memórias. Não é à toa, nesse sentido, que os estudos de desastres têm assumido e dependido cada vez mais de leituras interdisciplinares, onde um mesmo fenômeno pode transitar dos testemunhos de sobreviventes aos relatos jornalísticos, passando pela literatura, pelo folclore, pela dimensão religiosa e econômica, além, claro, de todo um universo técnico de interpretação, que faz com que esses eventos sejam enquadrados e processados de maneiras distintas porém interligadas. É assim que nos deparamos com desastres, tanto conceituais quanto materiais, como eventos disputados em narrativas de responsabilização, de culpa, de resiliência, de perdas ou de recuperação.

Esses eventos também têm repercussões nos campos de estudos do trauma e da memória. Assim, as Ciências Humanas têm contribuído para a interpretação dos impactos intergeracionais e coletivos de desastres, bem como para a compreensão de riscos como experiências históricas. Aliás, a perspectiva do risco como experiência vivida e historicamente contingente, proposta por autores como Ulrich Beck (2010 [1986]) e Anthony Giddens (2007) permitiu mostrar que desastres nunca são "naturais" em sentido puro, mas sim produtos de processos mais amplos e de longo prazo como os colonialismos, as escolhas de planejamento e desenvolvimento urbano, as políticas econômicas que acabam por criar vulnerabilidades.

As Ciências Humanas têm contribuído para a construção e a desconstrução de conceitos-chave, como resiliência, vulnerabilidade e risco. Perguntas como "Resiliência para quem, para que e ditada por quem?" permitem perceber os deslocamentos históricos de responsabilidade entre comunidades, o Estado e indivíduos, considerando as estruturas e relações de poder. Do ponto de vista da atenção à vulnerabilidade, diferentes áreas desse campo permitem aprofundar a leitura para além das métricas socioeconômicas, ao evidenciar como a vulnerabilidade é atravessada por identidade, cultura ou representações (por exemplo, como gênero ou raça influenciam as

experiências de desastres). Uma outra dimensão, a do risco, pode ser analisada não apenas pelo cálculo probabilístico, mas também pela percepção mediada pela cultura, por relações de confiança ou ainda por diferenças de visão de mundo.

Uma das contribuições também marcantes das Humanidades advém da leitura ética diante de desastres. Nesse sentido, ela se abre à reflexão sobre justiça climática e ética, considerando responsabilidades, direitos e justiça em face das mudanças climáticas, o que inclui a ética intergeracional, os direitos da natureza e diferentes abordagens de justiça, tais como a justiça restaurativa. O Antropoceno, dessa forma, figura como um dos conceitos ético-culturais importantes, na medida em que proporciona reflexão sobre a agência humana, a responsabilidade e as relações entre humanos e não humanos em um contexto planetário de crise.

A reflexão sobre "segurança", "recuperação" ou "retorno ao status quo pré-desastre" representa outra faceta crucial de investigação das Humanidades, que se abre para a sensibilidade cultural, para a forma como desastres são visualizados e narrados, para suas políticas de imagem e para as respostas que emergem nesses contextos.

Além de uma contribuição conceitual, as Humanidades têm oportunizado contribuições metodológicas para a interpretação desses eventos, com abordagens que vão desde o engajamento profundo da etnografia, passando pelas histórias orais, para métodos participativos com base não só nas ciências mas também nas artes (ativismo), bem como por diferentes análises que prestam atenção em discursos que escapam do radar de modelos computacionais ou de questionários.

Tudo isso tem favorecido um deslocamento necessário (como apontado desde o dossiê já citado, organizado por Schenk em 2007) da leitura tecnocrática e (neo)positivista de eventos desastrosos, salientando as limitações do gerenciamento puramente técnico. Nesse sentido, continuamos a argumentar que ignorar o conhecimento local, as narrativas e as dinâmicas de poder pode conduzir à leitura de desfechos injustos de interpretação.

Nesse sentido, a presença do Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações - criado pelo Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com apoio do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – tem se mostrado como iniciativa crucial para a consolidação do conhecimento em torno dos desastres. Deriva do LABIMHA, por exemplo, a perspectiva de *desastres socioambientais* (Nodari; Espíndola; Lopes, 2015).

Os *desastres socioambientais* emergem, nesse sentido, na multidimensionalidade dos eventos extremos, considerando as diferentes temporalidades que compõem esses acontecimentos em seus passados, em seus distintos *agoras* e em seus futuros.

No sentido de oferecer reflexões teórico-metodológicas em torno de desastres socioambientais, suas oportunidades, possibilidades e limites em investigações interdisciplinares no campo das Ciências Humanas, pontuamos, neste dossiê, dez artigos oriundos de diferentes regiões e com formas distintas de uso do conceito.

No artigo "Reflexões sobre memória e esquecimento no estudo dos desastres socioambientais", Alfredo Lopes discute o uso de fontes orais nos estudos de desastres, destacando como memória e esquecimento moldam narrativas sobre eventos extremos. Argumenta que entrevistas com sobreviventes permitem ultrapassar análises quantitativas, revelando percepções subjetivas sobre ambiente e risco, embora exijam rigor metodológico.

Em "Memórias de paisagens vividas na pandemia da Covid-19", Fernanda Dalonso, Mariluci Carelli e Roberta Meira analisam narrativas sobre paisagens transformadas pela pandemia. Com base em relatos coletados, identificam unidades temáticas que expressam experiências cotidianas, mostrando como a Covid-19 se configura como desastre socioambiental que reorganiza vínculos territoriais e memórias.

Cristiano Kerber e Isaura Ferrari, em "Desafios à governança policêntrica do clima: uma análise a partir da Conferência entre as Partes – COP", examinam o papel das COPs na governança climática global. Apontam limites do policentrismo diante das desigualdades estruturais e da influência de atores corporativos e estatais, concluindo que, embora ofereça alternativas ao modelo estatocêntrico, essa abordagem tende a reproduzir lógicas tecnocráticas e mercantis.

No artigo "Economia política do desastre e captura jurídica do risco no Brasil", Bárbara Kruse e Marcos Kruse analisam cinco desastres entre 2000 e 2015 para demonstrar como o risco é institucionalizado como forma de governo e como os desastres se tornam parte da lógica de acumulação capitalista. Argumentam que o Estado administra, e não previne riscos, enquanto o Direito Ambiental atua de modo reativo, legitimando a gestão do colapso.

Haruf Espíndola, Iesmy Alves, Natália Ferreira e Diego Guimarães, em "Desastre, poder e conflitos na bacia do Rio Doce: da Fundação Renova ao Acordo de Repactuação", utilizam o conceito de *Envirotechnical Regime* para analisar disputas e tensões no pós-desastre da Vale/BHP/Samarco. Mostram como diferentes regimes — jurídico, econômico

e comunitário — se confrontam, evidenciando que políticas públicas precisam considerar as relações de poder envolvidas.

Em "Reexistir nas ruínas: acessibilidade, lodo tóxico e justiça ambiental em Governador Valadares (MG)", Adriana Coelho, Eunice Nodari e Mauro dos Santos articulam desastre, exclusão social e reexistência. Apresentam a proposta de uma tecnologia social que reutiliza lodo contaminado da estação de água para pavimentação acessível. A iniciativa, mesmo não implementada, revela estratégias comunitárias de resistência e justiça ambiental.

No artigo "Margens e memórias: os ribeirinhos do rio Doce e os desafios territoriais em Governador Valadares", Edilson Lima, Patrícia Genovez e Bruno Capilé analisam a relação histórica, simbólica e socioeconômica entre o rio Doce e comunidades ribeirinhas. Destacam como enchentes e o desastre de 2015 intensificam vulnerabilidades e ameaçam permanências territoriais, configurando um território vivido e marcado por desigualdades.

Em "Pandemia e normatividade: a Covid-19 nos decretos de Guarapuava e Irati, Paraná (2020–2021)", Jo Klanovicz interpreta decretos e leis municipais como dispositivos biopolíticos de regulação em um desastre socioambiental. Mostra que os municípios reproduziram diretrizes estaduais, resultando em normativas ambíguas e limitadas, evidenciando fragilidades da governança local diante da pandemia.

Esther Rossi, em "Territórios descartáveis: resíduos, águas e desastres socioambientais no Sul do Brasil", investiga as enchentes de 2023 e 2024 no Itajaí-Açu e no Guaíba. Analisa como resíduos e águas expõem processos de vulnerabilização, racismo ambiental e desigualdade. Defende que desastres expressam um metabolismo urbano linear e desigual e propõe o metabolismo circular como horizonte para justiça ambiental.

Por fim, em "Os monocultivos florestais no Cone Sul e as consequências socioambientais", Samira Moretto e Débora de Sá estudam a expansão de *Pinus spp.* em Misiones (Argentina) e Santa Catarina (Brasil). Com base em legislações e publicações técnicas, mostram como políticas estatais impulsionaram essa prática sem considerar impactos sociais e ambientais, como fragmentação de ecossistemas e transformações no uso da terra.

Referências

AVILA, L. E. *Alternativas al colapso socioambiental desde América Latina*. Bielefeld: Bielefeld University Press, 2020.

BECK, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010. [1986].

GIDDENS, A. *Mundo em descontrolado*. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

NODARI, E. S.; ESPÍNDOLA, M. A.; LOPES, A. R. S. (orgs.) *Desastres socioambientais em Santa Catarina*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

SCHENK, G. J. Historical Disaster research. State of research, concept, methods and case studies. *Historical Social Research*, v. 32, n. 3, p. 9-31, 2007.

NOTAS

AUTORIA

Eunice Sueli Nodari

Doutora em História

Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),
Florianópolis, Santa Catarina

eunice.nodari@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5953-649X> 

Jo Klanovicz

Doutor em História

Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Guarapuava, Brasil

jo@unicentro.br

<https://orcid.org/0000-0002-5110-9028> 

Hernani Ciro Santana

Doutor em Ciências Humanas

Professor da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE),
Governador Valadares, Minas Gerais

hernanicsantana@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7654-1271> 

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **INTERthesis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a licença *Creative Commons Attribution* (CC BY) 4.0 International.

Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.

Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Publicação no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Jo Klanovicz, Eunice Sueli Nodari e Hernani Ciro Santana

HISTÓRICO

Recebido em: 25-11-2025 – Aprovado em: 29-11-2025 – Publicado em: 09-12-2025